

INTERESSADA: AUTARQUIA EDUCACIONAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO -  
AEVSF / FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE  
PETROLINA - FACAPE  
ASSUNTO: RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO CURSO DE  
BACHARELADO EM DIREITO  
RELATORA: CONSELHEIRA REGINA CÉLIA LOPES LUSTOSA RORIZ  
PROCESSO Nº 258/2012 *Homologado pela Portaria SE nº 3761, de 15/05/2013,  
publicado no DOE de 16/05/2013*  
**PARECER CEE/PE Nº 33/2013-CES** **APROVADO PELO PLENÁRIO EM 15/04/2013**

---

## **I - RELATÓRIO:**

O Diretor Acadêmico da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE, instituição mantida pela Autarquia Educacional do Vale do São Francisco - AEVSF, protocolou ofício, neste Conselho, em 03 de dezembro de 2012, solicitando Renovação do Reconhecimento do Curso Bacharelado em Direito ofertado pela IES.

Instruem o pedido os documentos a seguir:

- Estatuto da mantenedora, com respectivas alterações;
- Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ;
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Fiscais da Prefeitura de Petrolina;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros da AEVSF;
- Regimento da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina- FACAPE, instituição mantida;
- Regulamento das Atividades Complementares;
- Termos de Posse e Documentos de Identificação dos dirigentes da AEVSF/FACAPE;
- Plano de Cargos, Salários e Carreiras da AEVSF;
- Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito;
- Ata da Reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão / CEPE, órgão da IES competente para decidir sobre pedidos de autorização e reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos;
- Parecer do CEE/PE 118/2007-CES e da Portaria-SE nº 6.713/2007, ambos relativos ao Reconhecimento do curso de Direito da FACAPE.

O processo foi distribuído em 25 de janeiro de 2013 ao Conselheiro Arnaldo Mendonça, que, em seguida, julgou conveniente a redistribuição à presente relatora em razão da formação acadêmica mais adequada para a avaliação do pleito.

**II - ANÁLISE:**

O exame preliminar do processo constatou o cumprimento, de modo geral, das exigências formais estabelecidas pela Resolução CEE/PE nº 01/2004 para o pleito, exceto no que tange à antecedência da solicitação, preconizada no art. 7º, inc. IV desse instrumento normativo, a qual, porém, entende-se, não ser prejudicial à pretensão da demandante.

Esta relatoria submeteu à Câmara de Ensino Superior pedido de dispensa de visita por entender que os elementos trazidos ao processo, notadamente o relatório de cumprimento da proposta pedagógica e da evolução do curso, traziam informações suficientes para o pronunciamento. Além disso, considerando que, no decorrer do último ano, tinham sido realizadas várias visitas de comissões de verificação *in loco* à IES por determinação deste Conselho, não faltavam dados à Câmara de Ensino Superior acerca da infraestrutura da FACAPE. A CES decidiu então pela conveniência de se aplicar o disposto no art.8º, § 2º da já mencionada resolução deste Conselho, dispensando a visita à IES.

Passando à análise do mérito do pedido, tomou-se como objeto de julgamento os aspectos a seguir elencados:

**1. Projeto Político Pedagógico do Curso** - está alicerçado na Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Direito e, portanto, a proposta contempla todos os elementos estruturais exigidos por esse instrumento normativo.

Estão bem descritos e coerentes entre si o perfil do formando com suas respectivas competências e habilidades; os objetivos do curso; os conteúdos curriculares; o estágio curricular supervisionado; as atividades complementares; o sistema de avaliação; o trabalho de conclusão curso; o regime acadêmico de oferta e a duração e o tempo de integralização do curso. A carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e à duração do bacharelado encontram-se em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 02/2007.

**1.1 Organização Curricular** – em conformidade com as diretrizes nacionais para esse bacharelado, o currículo do curso ora avaliado está organizado em três eixos que orientam a distribuição dos conteúdos e atividades, são eles: eixo de formação fundamental; de formação profissional; e de formação prática. Assim, os componentes curriculares apresentados estão distribuídos e identificados de acordo com o papel que desempenham na formação do estudante. Além disso, todos os conteúdos considerados essenciais ao Bacharelado em Direito estão presentes na matriz curricular vigente a seguir exposta, que foi aprovada por este Conselho no Parecer CEE/PE nº 76/2008-CES, que renovou o reconhecimento do curso.

**MATRIZ CURRICULAR VIGENTE**

PERÍODO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
1º	Introdução ao Estudo do Direito	60	04
	Teoria Geral do Estado	60	04
	Sociologia	60	04
	Leitura e Produção de Texto	60	04
	Metodologia Científica	60	04
	Filosofia e Ética	60	04
		<b>360 h</b>	<b>24</b>
2º	Teoria Geral do Direito	60	04
	Direito Civil I	60	04
	Direito Constitucional I	60	04
	Sociologia Jurídica	60	04
	Filosofia do Direito	30	02
	Teoria Econômica	60	02
		<b>360h</b>	<b>24</b>

3º	Direito Constitucional II	60	04
	Direito Civil II	60	04
	Direito Administrativo I	60	04
	Direito Penal I	60	04
	Teoria Geral do Processo	60	04
	Deontologia Jurídica	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
4º	Direito Civil III	60	04
	Direito Penal II	60	04
	Direito Administrativo II	60	04
	Direito Tributário I	60	04
	Direito Comercial I	60	04
	Direito Processual Civil I	30	02
		<b>360h</b>	<b>24</b>
5º	Direito Civil IV	60	04
	Direito Penal III	60	04
	Direito Tributário II	60	04
	Direito Comercial II	60	04
	Direito Processual Civil II	60	04
	Direito Processual Penal I	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
6º	Direito Civil V	60	04
	Direito Penal IV	60	04
	Direito do Trabalho I	60	04
	Direito Comercial III	60	04
	Direito Processual Civil III	60	04
	Direito Processual Penal II	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
7º	Direito Civil VI	60	04
	Direito Penal V	60	04
	Direito do Trabalho II	60	04
	Direito Processual Civil IV	60	04
	Direito Processual Penal III	60	04
	Prática Jurídica I	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
8º	Direito Civil VII	60	04
	Direito Agrário	60	04
	Direito Previdenciário	60	04
	Direito Processual Penal IV	60	04
	Prática Jurídica II	60	04
	Projeto de Monografia	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
9º	Direito Civil VIII	60	04
	Direito Internacional Público	60	04
	Prática Jurídica III	60	04
	Elaboração e Defesa de Monografia Jurídica	60	04
	ELETIVA	30	02
	ELETIVA	30	02
		<b>300h</b>	<b>20</b>

10º	Direito do Consumidor	60	04
	Direito da Criança e do Adolescente	60	04
	Direito Internacional Privado	60	04
	Prática Jurídica IV	60	02
	ELETIVA	30	02
	ELETIVA	30	02
		<b>300h</b>	<b>20</b>

### DISCIPLINAS ELETIVAS

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Fundiários	30	02
Informática Jurídica	30	02
Direito Eleitoral	30	02
Direito Municipal/Urbanístico	30	02
Hermenêutica Jurídica	30	02
Criminalística	30	02
Direito Romano	30	02
Direito Ambiental	30	02
Medicina Legal	30	02
Economia Solidária e Responsabilidade Social	30	02
Empreendedorismo	30	02

Ocorre que a vivência desses componentes curriculares na ordem apresentada permitiu que os atores do curso identificassem possibilidades de aperfeiçoá-la, tanto na disposição desses conteúdos, como também para torná-los mais adequados à realidade atual da formação jurídica. Por isso a administração do curso aproveitou o ensejo da renovação do reconhecimento para propor a matriz curricular a seguir:

### MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA

PERÍODO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
1º	Introdução ao Estudo do Direito I	60	04
	Teoria do Estado	60	04
	Filosofia e Ética	60	04
	Cultura e Sociedade	60	04
	Leitura e Produção de Texto	60	04
	Fundamentos da Economia	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
2º	Criminologia	60	04
	Introdução ao Estudo do Direito II	60	04
	Direito Constitucional I	60	04
	Direito Civil I (Parte Geral I)	60	04
	Sociologia Jurídica	30	02
	Filosofia Jurídica	30	02
	Metodologia do Trabalho Científico	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
3º	Direito Civil II (Parte Geral 2)	60	04
	Direito Constitucional II	60	04
	Direito Administrativo I	60	04
	Direito Penal I (Teoria do Delito)	60	04
	Teoria Geral do Processo	60	04
	Direito Tributário I	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>

4º	Direito Civil III (Obrigações)	60	04
	Direito Penal II (Teoria da Sanção Penal)	60	04
	Direito Administrativo II	60	04
	Direito Tributário II	60	04
	Direito Processual Civil I	60	04
	Hermenêutica Jurídica e Constitucional	30	02
	Antropologia	30	02
		<b>360h</b>	<b>24</b>
5º	Direito Civil IV (Contratos)	60	04
	Direito Penal III (Crimes em Espécies)	60	04
	Psicologia Geral e Jurídica	60	04
	Direito do Trabalho	60	04
	Direito Processual Civil II	60	04
	Direito Processual Penal I	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
6º	Direito Civil V (Responsabilidade Civil)	60	04
	Direito Penal IV (Crimes em Espécies)	60	04
	Direito Processual do Trabalho	60	04
	Direito Empresarial I (Sociedade Empresária e Títulos de Crédito)	60	04
	Direito Processual Civil III	60	04
	Direito Processual Civil II	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
7º	Direito Civil VI (Reais)	60	04
	Direito Penal V (Crimes em Espécies)	60	04
	Empresarial II (Recuperação Judicial e Falências)	60	04
	Direito Processual Civil IV	60	04
	Direito Processual Penal III	60	04
	Prática Civil I	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
8º	Direito Civil VII (Família)	60	04
	Direito da Seguridade Social	60	04
	Trabalho de Conclusão (TC) I	60	04
	Direito Processual Penal IV	60	04
	Prática Civil II	60	04
	Direito Processual Civil V	60	04
		<b>360h</b>	<b>24</b>
9º	Direito Civil VIII (Sucessões)	60	04
	Direito Internacional Público	60	04
	Trabalho de Conclusão (TC) II	30	02
	Prática Penal	60	04
	Eletiva - Disciplina do Eixo Temático I	60	04
	Eletiva - Disciplina do Eixo Temático II	60	04
	Eletiva - Disciplina do Eixo Temático I	30	02
		<b>360h</b>	<b>24</b>
10º	Direito Internacional Privado	60	04
	Deontologia Jurídica	60	04
	Prática Trabalhista	60	04
	Eletiva - Disciplina do Eixo Temático I	60	04
	Eletiva - Disciplina do Eixo Temático II	30	02
	Eletiva - Disciplina do Eixo Temático II	60	04
	Eletiva - Disciplina do Eixo Temático I	30	02
		<b>360h</b>	<b>24</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>3600h</b>	<b>240</b>

## DISCIPLINAS ELETIVAS

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	CARGA HORÁRIA
<b>EIXO TEMÁTICO I - SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL</b>	
Direito Ambiental	60h
Agrário	60h
Direito Urbanístico e Legislação Municipal	60h
Desenvolvimento Sustentável	60h
Gestão Estratégica de Pessoas	60h
Gestão e Educação Ambiental	30h
Meio Ambiente e Cidadania	30h
Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	30h
Teorias e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável	30h
Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	30h
Composição e Estrutura da Sociedade do Vale do São Francisco	30h
Ordenamento Ambiental e Zoneamento Ecológico-Econômico	30h
Bacias Hidrográficas: Planejamento Estratégico e Operacional	30h
Direitos Difusos, Impactos Ambientais e Participação Popular	30h
Economia Solidária e Responsabilidade Social	60h
Empreendedorismo	60h
<b>Componentes Curriculares Eletivos EIXO TEMÁTICO I – CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E SOLIDARIEDADE</b>	
Direito do Consumidor	30h
Direito da Criança e do Adolescente	60h
Direito Humanos	60h
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	60h
Direito Previdenciário	60h
Medicina Legal	60h
Direito, Cinema e Literatura	60h
Criminalística	60h
Direito Eleitoral	30h
Poderes, Partidos Políticos, Bancadas e Emendas	30h
Acessibilidade e Inclusão	30h
Direitos Fundamentais e Alteridade	30h
Garantias Constitucionais	30h
Remédios Constitucionais e Estado Democrático de Direito	30h
Acesso à Justiça e Cidadania	60h
Direitos das Minorias e dos Grupos Vulneráveis	30h
Bioética e Biodireito	60h
Conciliação, Mediação e Arbitragem	60h
Informática Jurídica	30h
Língua Brasileira de Sinais - Libras	30h
Português Forense	30h

RESUMO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	
CARGA HORÁRIA TEÓRICA DOS COMPONENTES CURRICULARES	<b>3.480 h</b>
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	<b>300 h</b>
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	<b>120 h</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.900 h</b>

Deve-se destacar que a carga horária apresentada acima é bastante superior à carga horária mínima de 3700h exigidas para o Bacharelado em Direito e determinada na Resolução CNE/CES nº 02/2007.

Observa-se, finalmente, uma coerência geral dessa organização à luz do perfil do formando que, segundo o projeto, deve “dominar as bases do Direito, nas diversas áreas de atuação, nas quais se aplicarão as normas jurídicas respeitando os princípios da justiça, da ética e da democracia”.

**2. Da administração do Curso e Corpo Docente** - A coordenação do curso é exercida por docente com bacharelado e mestrado em Direito e com experiência consolidada no ensino superior. Com os demais professores integrantes do curso somam 35 docentes, dos quais a maioria possui graduação em Direito; 03 possuem pós-graduação *stricto sensu* e os demais são apenas especialistas. Também se encontra definido um núcleo docente estruturante composto por 05 professores, que assumem o compromisso com a execução da proposta.

Considerando o disposto no art. 52, inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que afirma a necessidade de que as IES tenham um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, cumpre recomendar a IES garantir esse percentual na composição do corpo docente do curso, o que, entre outras repercussões, garantirá melhor avaliação da IES, dentro do SINAES.

**3. Infraestrutura** - A IES apresenta, no relatório, uma infraestrutura de funcionamento para o curso na qual se encontram 15 salas de aula, devidamente mobiliadas, das quais quatro são climatizadas; uma sala de videoconferência; um laboratório de informática com 20 microcomputadores; biblioteca; sala de professores; sala de coordenação de curso; sala de direção; secretaria; tesouraria; área de convivência; cantina; e sanitários e lavabos.

**3.1 Biblioteca** - No relatório de cumprimento do curso a IES apresenta um biblioteca em condições de excelência. Trata-se de uma área de 1.645m<sup>2</sup>, que dispõe de *Ambiente WI-FI*; terminal de consulta virtual do acervo; mural para divulgação de eventos; salas para estudo individual e em grupo; videoteca, DVD, CD-ROM, fitas cassete e disquetes; auditório com capacidade para 100 pessoas; sala de vídeo com capacidade para até 50 pessoas, contendo um televisor de 52 polegadas, vídeo cassete, aparelho de DVD e conexão com TV por assinatura; sala para leitura coletiva - hemeroteca; sala de informática com 21 computadores ligados à internet, disponíveis para pesquisa de alunos e digitação de trabalho; bloco técnico-administrativo; e laboratório de restauração e tratamento de livros.

O acervo geral conta com 20.095 exemplares de livros, distribuídos em 7.392 títulos.

**4. Papel Social do Curso e Desempenho dos Egressos** - É de reconhecimento público a relevância social deste curso na formação jurídica do sertanejo. Como argumenta a IES, a oferta do curso de Bacharelado em Direito integrou e integra um projeto político de desenvolvimento e emancipação regional, pois o curso atende a uma demanda não só da cidade de Petrolina, mas de todo o entorno, tanto em Pernambuco como na Bahia.

O êxito do curso nas avaliações oficiais não deixa dúvidas quanto à qualidade da formação. Esse bacharelado obteve nota 4 no ENADE e tem figurado entre os quatro que mais aprovam no exame da OAB em todo o Estado de Pernambuco, chagando a ocupar a segunda posição há dois anos, quando foi superado apenas pela UFPE. Recentemente, o curso de Direito da FACAPE recebeu da OAB Nacional o selo OAB RECOMENDA, por figurar entre os 90 melhores cursos do Brasil. Destaca-se que além da FACAPE, apenas a UFPE e a UNICAP foram contempladas com essa recomendação.

Desse modo, pode-se afirmar que a crítica constante à má-formação oferecida por grande parte dos cursos jurídicos no Brasil não pode ser aplicada ao curso de Direito da FACAPE; sendo a renovação do reconhecimento desse bacharelado algo que se impõe, quer seja pelas condições gerais da IES para a oferta, quer seja pelo desempenho apresentado pelos egressos do curso.

**III - VOTO:**

Pelo exposto e analisado, esta relatoria apresenta parecer e voto favoráveis à Renovação do Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Direito oferecido pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE, instituição mantida pela Autarquia Educacional do Vale do São Francisco - AEVSF, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da homologação deste parecer. É o voto.

Comunique-se à interessada e à Seção de Registro de Diplomas da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

**IV - CONCLUSÃO DA CÂMARA:**

A Câmara de Educação Superior acompanha o Voto da Relatora e encaminha o presente Parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 2013.

ARNALDO CARLOS DE MENDONÇA - Presidente  
REGINA CÉLIA LOPES LUSTOSA RORIZ - Vice-Presidente e Relatora  
FERNANDO ANTÔNIO GONÇALVES  
NELLY MEDEIROS DE CARVALHO  
PAULO MUNIZ LOPES

**V - DECISÃO DO PLENÁRIO:**

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco decide aprovar o presente Parecer nos termos do Voto da Relatora.

Sala das Sessões Plenárias, em 15 de abril de 2013.

Prof. Fernando Antônio Gonçalves  
Presidente